ISSN: 2358-8829

# AS CONTRIBUIÇÕES DAS BRINCADEIRAS E JOGOS EDUCATIVOS PARA AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DA SALA DO AEE

Maria José Vieira da Silva [1]
Geane Apolinário Oliveira [2]

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo proporcionar reflexões sobre as contribuições do uso dos recursos pedagógicos como jogos e brinquedos educativos na sala de SRM (Sala de Recursos Multifuncionais), tendo em vista a inclusão das crianças com deficiência, no processo de ensino e aprendizagem de forma lúdica e atrativa. Esta pesquisa tem como público alvo as crianças, da Educação Infantil, Maternal I ao Pré I, que faz parte do AEE, que apresenta os seguintes laudos médicos: Transtorno do Espectro Autista e Deficiência Intelectual, matriculadas na Creche Municipal Karine da Silva, no Distrito de São José da Mata, Município de Campina Grande-PB.

A escolha do tema surgiu devido a inquietação de investigar como as crianças conseguem desenvolver habilidades cognitivas e sociais de forma mais eficiente, e assim promover a inclusão delas no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, pretendo investigar como a ludicidade no AEE contribui para o processo de aprendizagem das crianças, que é o público alvo da Educação Especial, a partir do uso dos recursos pedagógicos como brinquedos e jogos educativos, mediados pela professora do AEE, de acordo com as especificidades e dificuldades de cada criança. O método utilizado para a realização desta pesquisa será uma pesquisa bibliográfica de alguns autores que defendem como proposta lúdica, o uso de brinquedos para o desenvolvimento de aprendizagem das crianças com deficiência,

[1] Especialista do Curso de Neuropsicopedagogia no Centro Universitário de Patos – PB; Professora do Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Campina Grande – PB; mariajosevieirada@gmail.com;
[2] Especialista do Curso de Especialização em Supervisão Escolar e Orientação Educacional: Coordenação do trabalho pedagógico na escola da Faculdades Integradas de Patos – PB; Supervisora Educacional na Rede Municipal de Campina Grande – PB; geane-cg@hotmail.com.

ISSN: 2358-8829

tais como FRIEDMANN (2012), OLIVEIRA (2024), PINTO ( 2018), CUNHA (2011), LAPASSADE (2005) e o documento oficial da Educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, dentre outros. Também será realizada a observação participante, acompanhamento, registros fotográficos e anotações a fim de realizar uma análise mais aprofundada sobre as dificuldades apresentadas no início do atendimento e os avanços obtidos durante o período de atendimento na sala de Recursos Multifuncionais, através do uso dos brinquedos e outros materiais pedagógicos.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia adotada é uma pesquisa bibliográfica de alguns autores e documentos legais da Educação no Brasil que traz reflexões e discussões sobre as contribuições no processo de ensino e aprendizagem, através do uso dos brinquedos e jogos educativos pelas crianças com deficiência na sala de recursos, respeitando as suas especificidades. O método desta pesquisa também será a observação participante, acompanhamento, registros fotográficos e anotações a fim de acompanhar e observar as interações que as crianças com deficiência estabelecem em seu cotidiano, através do uso dos brinquedos, e as contribuições para o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

O método da nossa pesquisa é a observação participante, pois este tipo de pesquisa se torna significativa, pois permite maior interação entre os professores e as crianças no cotidiano escolar, facilitando assim reflexões mais aprofundadas das interações e do desenvolvimento de aprendizagem das crianças com deficiência, a partir da ludicidade. Neste caso, foi organizado algumas ações na sala regular. Através da observação participante, analisei as interações das crianças com deficiência com os outros colegas da mesma turma nas brincadeiras coletivas, com jogos educativos e brinquedos que são da sala de Recursos Multifuncionais, investigando assim o cotidiano do grupo estudado, a fim de conhecer melhor as interações estabelecidas tanto com as crianças, quanto com o professor da sala regular e do AEE no planejamento e na realização das propostas pedagógicas. Neste sentido, Lapassade (2005, p. 80) destaca que “Os que propõem a observação participante no contexto do interacionismo simbólico, apresentam esse método como o único capaz de conduzir aos significados que os autores utilizam para construir a realidade social”. Nessa feita, Friedman (2012, p. 25) também traz evidências sobre a importância da observação participante ao afirmar que a observação participante é aquela em que há interação direta e contínua do observador com as crianças. De acordo com esta visão, o

ISSN: 2358-8829

pesquisador precisa conhecer o sujeito da pesquisa, e essa interação permite uma maior compreensão do contexto investigativo.

Desta forma, esta pesquisa tem como meta trazer reflexões sobre os benefícios que o uso dos brinquedos, organizados de forma intencional e pedagógica, trazem para as crianças com deficiência, de modo a promover maior inclusão no ambiente educacional e diminuir as barreiras de aprendizagem enfrentadas pelas crianças que necessitam do AEE.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao falar da matrícula de crianças com deficiência na sala regular de ensino, também estamos nos referindo ao direito que estas crianças tem de serem incluídas no processo de ensino e aprendizagem. Sobre esta afirmativa, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que se constitui de um importante marco legal para a garantia da educação inclusiva enquanto direito das pessoas com deficiência, sendo assim, destaca em seu artigo:

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

De acordo com esta afirmativa, pode-se afirmar que deve garantir as crianças com deficiência, condições favoráveis de desenvolvimento de aprendizagem em todos os aspectos. Para que ocorra as ações que possibilitem o desenvolvimento da aprendizagem, às crianças com deficiência necessitam de um apoio educacional além do docente da sala regular. Sendo assim, em nossa creche, elas contam com o apoio da professora do AEE, e na sala regular também conta com o auxílio do Educador Social Voluntário. Nessa feita, o professor do AEE realiza o atendimento individualizado das crianças com deficiência na sala de Recursos Multifuncionais.

Compreendemos que a Sala de Recursos onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um espaço planejado, onde são utilizados recursos pedagógicos, materiais adaptados, jogos educativos, recursos sensoriais, recursos de comunicação, entre outros, onde as crianças com deficiências recebem apoio individualizado ou em pequenos grupos para desenvolver habilidades e superar barreiras que dificultam o aprendizado. A utilização desses recursos deve apresentar intencionalidade pedagógica, contribuindo para ampliar a autonomia, favorecer a comunicação e possibilitar diferentes formas de participação

e aprendizagem, sempre mediados pela professora do AEE. Desse modo, Friedmann (2012, p. 25) afirma que:

> Ao falarmos em inclusão, estamos nos referindo à possibilidade de dar espaço, oportunidades de participação e expressão para todas as crianças, tenham elas temperamentos diferentes, síndromes físicas ou psíquicas, nacionalidades e religiões variadas; sejam elas de diferentes origens étnicas, culturais, raciais, adotadas ou não, moradores de abrigos, cortiços, favelas, zonas rurais, ribeirinhas, indígenas, urbanas, etc. (FRIEDMANN, 2012, p. 25)

De acordo com a visão de Friedman, deve favorecer a todas as crianças a participação efetiva nas propostas pedagógicas que faz parte da rotina da creche, pois todas as crianças, independente das especificidades, devem ser incluídas no processo de ensino e aprendizagem, de forma lúdica e de acordo com os seus interesses individuais, para que sejam sujeitos ativos na realidade escolar, e o professor seja o mediador que contribua para o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas, de forma lúdica e atrativa. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96:

> § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil, e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.
> "Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
> I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender ás suas necessidades.

A partir desta afirmativa, pode-se afirmar que a unidade educacional deve oportunizar diferentes atividades lúdicas, com recursos educativos específicos, neste caso, os brinquedos e jogos educativos para as crianças brincarem livremente, atendendo as suas necessidades especificas.

Para que haja avanços no processo de aprendizagem destas crianças, também é necessário o diálogo com o professor da sala regular, pois a troca de informação sobre a criança contribui para a organização de ações pedagógicas mais significativas que atenda as particularidades de cada criança. A inclusão de crianças com deficiência, público alvo da Educação Especial, nas redes de ensino ainda constitui um dos maiores desafios na atualidade, em que se faz necessário o professor do AEE ter uma formação acadêmica na área da Educação, para exercer o exercício da docência, e também ter uma formação acadêmica especifica na área da Educação Especial, a fim de oferecer a estas crianças um atendimento de qualidade e de inclusão no espaço educacional, nessa feita, Oliveira (2024, p. 91) destaca que "ele deve ter formação inicial que

ISSN: 2358-8829

o habilite para o exercício da docência e formação específica para a educação especial. Então, esse profissional pode ser licenciado em qualquer área, mas deve ter uma especialização na área da educação especial." De acordo com esta visão, entende-se que o atendimento oferecido as crianças com deficiência deve ser de qualidade, tendo em vista a garantia do direito à educação, conforme está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 em seu "Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". Nessa feita, a unidade escolar precisa apresentar condições de infraestrutura, profissionais qualificados para atender as crianças, respeitando as suas limitações e o seu ritmo de aprendizagem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos estudos bibliográficos, das observações realizadas e do acompanhamento pedagógico nas atividades realizadas, podemos afirmar que o uso dos recursos pedagógicos, como brinquedos e jogos educativos na sala de recursos multifuncionais e também na sala regular, promove avanços significativos no processo de aprendizagem das crianças com deficiência. Foi possível observar que a criança ao manusear determinado brinquedo de acordo com o seu interesse, ela começa a desenvolver habilidades especificas como a atenção e concentração para brincar, muitas vezes, começa a se comunicar com a professora do AEE, expressando alegria e prazer ao realizar esta ação, e também inicia o processo de socialização com outras crianças.

É importante ressaltar que a comunicação com o docente da sala regular é fundamental para incluir as crianças com deficiência no processo de ensino e aprendizagem. Citarei algumas razões pelas quais o diálogo é importante com o professor da sala regular devido a possibilidade de contribuir no atendimento, à medida que o docente da sala regular tem conhecimento da criança e pode fornecer informações importantes sobre suas necessidades, interesses e habilidades observadas no ambiente escolar.

Vale destacar que o planejamento pode ser feito em conjunto, pois o diálogo permite que o docente da sala regular e o professor do AEE planejem juntos as atividades e estratégias para atender às necessidades da criança com deficiência. Neste sentido, podemos afirmar que o diálogo é fundamental, pois garante que ambos os profissionais estejam caminhando com o mesmo objetivo da inclusão das crianças com deficiência no processo de aprendizagem. Essa troca de informações, por sua vez, contribui para que haja adaptações nas atividades da sala regular, a fim de garantir o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas da criança com

deficiência. Mais uma vez, podemos ressaltar que há benefícios para estas crianças, público alvo da educação especial, pois há uma continuidade, onde o diálogo garante que a criança receba um atendimento contínuo e coerente em ambos os ambientes (sala regular e na sala de recursos). O diálogo ajuda os professores a entender melhor as necessidades da criança com deficiência e assim desenvolver estratégias mais eficazes para atendê-las. Proporciona também maior valorização, pois o diálogo promove a inclusão da criança com deficiência na sala regular, garantindo que ela tenha acesso às mesmas oportunidades e atividades que as outras crianças típicas, mesmo que tenha a intervenção de um adulto, de acordo com as suas limitações.

Na Sala do AEE, são utilizados diversos recursos para estimular a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com deficiência e com déficit de atenção. Alguns exemplos incluem: Blocos de Encaixe coloridos: utilizados para estimular a atenção e concentração, além de desenvolver habilidades de coordenação motora fina; Jogos de Memória: ajudam a desenvolver a memória e a concentração; Jogos de Encaixe e Memória feitos com papelão, tampinhas de garrafa pet, E.V.A. e botões para estimular a coordenação motora fina e a memória.

Também foi combinado e realizado algumas ações pedagógicas na sala regular, em que eu, Maria José, enquanto professora do AEE, realizei algumas visitas em 3 salas da Creche, Maternal I, Maternal II e o Pré I, levando brinquedos da sala de recursos multifuncionais até a sala regular, a fim de observar e estimular a socialização das crianças da turma com as crianças com deficiência, de forma a observar a interação da criança, manuseio dos brinquedos, brincadeiras em grupo, etc. Para a realização deste momento, foi selecionado alguns jogos e brinquedos da sala de recursos, tais como blocos de montar, carrinho sensorial, casinha de encaixe, quebra-cabeça de animais, quebra-cabeça de frutas, quebra-cabeça fundo do mar, aramado, dominó educativo de animais, caixa sensorial e livro sensorial, a fim de observar a interação das crianças com deficiência com as outras crianças da turma ao compartilhar dos mesmos brinquedos.

Com esta ação pedagógica, ao incluir os brinquedos da Sala de recursos na sala regular, foi possível observar vários benefícios para as crianças com deficiência, dentre os benefícios, podemos citar a socialização, em que as crianças com deficiência começaram a interagir mais com os colegas da sala regular, compartilhando os brinquedos. A inclusão dos brinquedos adaptados permitiu que as crianças com deficiência participassem de jogos e brincadeiras com os outros, promovendo além da interação, o fortalecimento dos laços afetivos com os colegas através da amizade. Observamos que os colegas da sala regular começaram a entender e

respeitar as necessidades e limitações das crianças com deficiência, criando um ambiente mais inclusivo e acolhedor para ambos.

Outro aspecto positivo observado foi a presença da comunicação oral e gestual, em que as crianças com deficiência começaram a se comunicar mais com os colegas e professores da sala regular, utilizando linguagem oral e gestual. A inclusão dos brinquedos adaptados permitiu que as crianças com deficiência expressassem suas necessidades e desejos de forma mais eficaz e compreensível pelos professores através da linguagem verbal e não verbal. Foi possível observar também que os colegas da sala regular aprenderam a entender e respeitar as formas de comunicação das crianças com deficiência, pois algumas delas ainda está em processo de desenvolvimento da comunicação oral. Observamos que ao chegar na sala regular, e organizar os brinquedos para que cada criança escolhesse o seu para brincar individual ou em grupo, houve inicialmente a disputa por brinquedos, mas com o passar de alguns minutos, as crianças começaram a aprender a compartilhar e respeitar os interesses do grupo. Com esta ação na sala regular, é possível afirmar que houve a inclusão social, em que as crianças com deficiência se sentiram incluídas e valorizadas no grupo, aprendendo a compartilhar os brinquedos.

Dentre os avanços observados através do uso de recursos e brinquedos, podemos citar o desenvolvimento da coordenação motora, em que as crianças desenvolvem habilidades motoras finas e grossas, como escrever, desenhar e manipular objetos, apresentando firmeza nas mãos. A criança desenvolve mais atenção e concentração ao manusear brinquedos e jogos educativos, dessa forma, aprendem a focar e manter a atenção em atividades específicas na sala regular. Também foi possível observar o desenvolvimento da linguagem oral em que as crianças ampliam o diálogo, ampliando seu vocabulário e capacidade de expressão. Mesmo as crianças que ainda estão em processo de desenvolvimento da oralidade, elas começam a se comunicar por meio de gestos e sons com outros colegas, e muitas vezes, se torna compreensível perceber os seus interesses. Houve mais a socialização, em que as crianças aprendem a interagir com os outros, desenvolvendo habilidades sociais e emocionais. Neste sentido, esses avanços são possíveis graças ao trabalho individualizado e lúdico realizado na Sala de recursos em parceria com a sala regular, que visa atender às necessidades específicas de cada criança. Pinto (2018, p. 63) afirma que:

> É na brincadeira que a criança exterioriza sentimentos e tem mais possibilidades de expressar suas opiniões. Oportunidades de aprender a respeitar e seguir regras também são garantidas, por isso podemos dizer que o brincar tem papel fundamental e decisivo nas relações entre criança e adulto, entre criança e outras crianças e entre crianças e seu meio. (PINTO, 2018, p. 63)

ISSN: 2358-8829

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações realizadas, podemos afirmar que o uso dos brinquedos e jogos educativos contribui de forma positiva no processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência. É nas brincadeiras que a criança desenvolve as suas potencialidades, de forma espontânea e significativa, neste sentido, Pinto (2018, p. 63) defende que “brincar é a atividade mais importante para as crianças”.

Podemos afirmar que o trabalho docente deve estar focado nos avanços do processo de aprendizagem das crianças, principalmente as crianças com deficiência, que são os sujeitos de nossa pesquisa. A ludicidade deve estar sempre presente no ambiente escolar, através do planejamento intencional de cada docente, pois as ações lúdicas com o uso dos brinquedos e jogos educativos selecionados para fins educativos, contribui de forma significativa para o desenvolvimento de novas habilidades nas crianças, de forma livre e espontânea. Pinto (2018, p. 63) ainda enfatiza que “os professores tem o dever de resguardar o direito da criança”. Dessa forma, a ludicidade na sala do AEE vem contribuindo para a inclusão no processo de aprendizagem das crianças especiais, pois consegue atender os interesses e necessidades de cada criança, e desse modo, desenvolve novas habilidades cognitivas.

**Palavras-chave:** Ludicidade; Inclusão, Educação Especial, Brincadeiras, Jogos educativos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf . Acesso em: 23 de set de 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dez de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96 . Acesso em: 08 de março de 2026.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Atenção! Crianças brincando! In: SANTOS, Vera Lúcia Bertoni dos Santos. **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. 8° Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2011. P. 87-95

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2012

LAPASSADE, Georges. A observação participante. As microssociologias. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. P. 69-90

OLIVEIRA, Jàima Pinheiro de. O atendimento educacional especializado (AEE). In: OLIVEIRA, Jàima Pinheiro de. **Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar**. 1. Ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2024. P. 89-100

PINTO, Aline. Cadê? **Achou!: educar, cuidar e brincar na ação pedagógica da creche: 0 a 3 anos e 11 meses: livro do professor de educação infantil, creche.** Curitiba: Positivo, 2018. P. 61-71